



PROJETO DE LEI nº

“Institui o Cadastro Municipal de Pessoas Condenadas por Crime de Maus-Tratos aos Animais e cria estratégia para que o agressor não se aproxime do animal, no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, o Cadastro Municipal de Pessoas Condenadas por Crime de Maus-Tratos aos Animais.

§ 1º - Constarão no Cadastro Municipal de Pessoas Condenadas por Crime de Maus-Tratos aos Animais às pessoas condenadas por decisão condenatória transitada em julgado pela prática do crime tipificado no artigo 32 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

§ 2º - Os indivíduos com nome inscrito neste cadastro, ficam vedados a investidura em cargos públicos da Administração Pública Direta, Indireta, Autarquias e Fundações, no âmbito do Município de São Paulo, desde que o candidato tenha sido condenado com sentença transitada em julgado.

Art. 2º - O cadastro, conterá, no mínimo, as seguintes informações acerca das sanções aplicadas:

- I – dados pessoais, fotos e características físicas;
- II – perfil sociocultural;
- III – local de moradia e atividade laboral desenvolvida, nos últimos 3 (três) anos, em caso de concessão de livramento condicional;
- IV – tipo de sanção;
- V – anotação sobre eventual reincidência;
- e VI – data de aplicação e data final da vigência do efeito limitador ou impeditivo da sanção, quando for o caso.

Art. 3º - Os animais que foram vítimas de maus tratos não poderão ter qualquer aproximação com o seu agressor, sob pena de multa a ser regulamentada pelo Poder Executivo, e os valores serão revertidos para instituições de defesa e proteção de animais domésticos.



Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em



EDIR SALES
Vereadora



JUSTIFICATIVA

O abandono de animais nos Parques de São Paulo é uma triste realidade e que coloca a vida do animal em situação de risco. Ao presenciar esse fato você deve denunciar registrando através de filmagem, foto ou anotando a placa de veículos e informar rapidamente a polícia. Ligue 190 ou no disque denúncia 181.

Animais não são descartáveis e abandoná-los é crime segundo a nova Lei Federal nº 14.064/20, que altera a Lei nº 9.605/1998, aumentando a pena de detenção para até cinco anos para crimes de maus-tratos a cães e gatos.

O abandono causa extremo sofrimento ao animal, que tem dificuldades para encontrar alimento e abrigo em ambientes desconhecidos, ficando desprotegidos da chuva, do frio, da exposição ao tempo e sujeitos a brigas, atropelamentos e maus-tratos. Vale lembrar que, nem todos os animais são resgatados ou adotados. Nos Parques os animais abandonados podem causar impactos aos animais silvestres, adquirir ou transmitir doenças.

A presente iniciativa visa fortalecer as ações de combate a esses crimes. Os casos de maus tratos em animais são frequentemente caracterizados por práticas cruéis e recorrentes, o que exige uma resposta institucional que previna e coíba essas ações. A criação de um cadastro de pessoas condenadas por maus-tratos a animais contribuirá para identificar, de forma precisa e organizada, os indivíduos que possuem histórico de violência contra os animais, permitindo um acompanhamento adequado e, quando necessário, impondo restrições quanto ao acesso a novos animais de estimação.

Esse cadastro será essencial para os órgãos de segurança, como entidades de defesa dos animais e os cidadãos específicos na proteção dos animais, oferecendo um controle mais apurado e transparente sobre pessoas que, por atos comprovados, desrespeitaram a legislação de proteção animal. A presença desse cadastro facilitará o trabalho das autoridades e das organizações de proteção animal na fiscalização e prevenção de novos casos de abuso, evitando que reincidentes tenham a oportunidade de continuar cometendo crimes contra os animais. Além disso, esse cadastro reflete o compromisso do município com a proteção dos animais e com o cumprimento da legislação que resguarda o bem-estar e a integridade de seres indefesos.

Pelo exposto, apresento a iniciativa aos nobres parlamentares com objetivo de ser aprovada, por ser medida revestida de total interesse público.